



Mesmo com uma semana pela frente, quase 68 mil pessoas perderam a vida entre o dia 1º e ontem — em março, haviam sido 66.573 casos fatais. Apesar de cortes no Orçamento, Queiroga acredita que não vão faltar recursos

Abril se torna o mês mais letal da pandemia

» JORGE VASCONCELLOS

O Brasil bateu um novo recorde mensal, neste sábado, com 67.977 mortes por covid-19 em abril, o mês mais letal da pandemia no país, ultrapassando a marca de 66.573 casos de março, segundo dados do Ministério da Saúde. Nas últimas 24 horas, o Brasil registrou 3.076 óbitos, com média diária de 2.545 óbitos por dia na última semana (leia ao lado). Mesmo assim, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, vê uma menor pressão sobre o sistema de saúde, com a queda no número de casos nas últimas duas semanas.

Queiroga ontem convocou uma entrevista coletiva para explicar o processo de vacinação e o corte de R\$ 2,2 bilhões do Ministério da Saúde, com os vetos do presidente Jair Bolsonaro ao Orçamento-Geral da União aprovado pelo Congresso. O ministro afirmou ter a garantia do titular da Economia, Paulo Guedes, de que não vão faltar recursos para o combate à crise sanitária. Queiroga falou também confirmou que o ministério vai receber, na próxima quinta-feira, 1 milhão de doses da vacina da Pfizer contra o novo coronavírus.

Ao comentar o corte no orçamento da pasta, o ministro afirmou que “sempre temos um bom diálogo com Guedes, que me assegurou que não faltaria recurso para a Saúde”. Em seguida, o secretário-executivo do Ministério da Saúde, Rodrigo Cruz, disse que, em caso de necessidade de ampliação do orçamento do órgão, haverá uma suplementação por meio da abertura de crédito extraordinário, sem, no entanto, detalhar de onde poderiam vir as verbas.

Bolsonaro, ao sancionar o orçamento de 2021, fez um ajuste de R\$ 29 bilhões, vetando parte de emendas parlamentares e verbas dos ministérios (R\$ 19,8 bilhões) e bloqueando uma parcela das despesas previstas para o ano em vários órgãos federais (R\$ 9,3 bilhões). Os R\$ 2,2 bilhões cortados do Ministério da Saúde atingiram diversos programas, que incluem a adequação de sistemas tecnológicos, ações de pesquisa e desenvolvimento, manutenção de serviços laboratoriais, assistência farmacêutica e até construções de sedes regionais da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Durante a coletiva, o ministro também procurou minimizar a fala de Bolsonaro, durante entrevista à TV A Crítica, do Amazonas, na sexta-feira. Na ocasião, o presidente voltou a ameaçar com a possibilidade de acionar as Forças Armadas para atuarem contra as medidas restritivas adotadas por governa-

Anderson Tenorio/MS



Antes da coletiva de imprensa em Brasília, Queiroga visitou projeto de telemedicina em Cristalina, distante pouco mais de 100km do Plano Piloto: doses da Pfizer chegam na quinta-feira

dores no combate à covid-19.

“Se nós usarmos as medidas não farmacológicas, nunca vamos chegar ao lockdown. Lockdown é fruto do fracasso dessas medidas. É nesse sentido que o presidente se manifesta”, disse o ministro, referindo-se ao uso de máscaras e ao distanciamento social, recomendados pelas autoridades sanitárias. No mesmo dia em que Queiroga defendia essas medidas, Bolsonaro passeou de motocicleta por comunidades em Brasília, sem usar a proteção facial e causando aglomerações.

O ministro defendeu o uso das medidas não farmacológicas mesmo com a tendência de redução de casos de covid-19 no país, verificada nas últimas duas semanas. Segundo ele, foram 6 mil diagnósticos a menos na semana passada.

Casos em queda

“Nós temos observado, nos últimos dias, uma tendência de redução de diagnósticos de covid-19, e, por consequência,

Se nós usarmos as medidas não farmacológicas, nunca vamos chegar ao lockdown. Lockdown é fruto do fracasso dessas medidas”

Marcelo Queiroga,
ministro da Saúde

uma diminuição sobre o nosso sistema de saúde que resulta em maior disponibilidade de vagas nas unidades de terapia intensiva, o que, consequentemente, nos dá uma diminuição na diminuição da pressão por insumos, como, por exemplo, os insumos utilizados nos kits de intubação, de oxigênio”, disse o ministro. “O uso de máscara, evitar aglomera-

ções é fundamental para que esse cenário se sustente no longo prazo, enquanto nossa campanha de vacinação vai sendo ampliada”, continuou.

Os elevados números da covid-19 no Brasil têm dado os primeiros sinais de desaceleração. Segundo dados divulgados na sexta-feira pelo consórcio de veículos de imprensa, a média diária de mortes pela doença chegou ao sexto dia seguido de queda. A gravidade da situação, no entanto, se mantém, uma vez que a média segue em um patamar elevado, com 2,5 mil vítimas a cada 24 horas.

Durante a coletiva de imprensa, Queiroga afirmou que, em sete dias, o Brasil ultrapassou a meta de vacinar mais de 1 milhão de brasileiros por dia. Ele acrescentou que a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias (Conitec) do Sistema Único de Saúde (SUS) vai avaliar também um protocolo de tratamento da covid-19, mas não pelo uso de fármaco “A” ou “B”.

Mais de 3 mil mortes em 24h

O Brasil registrou, entre a sexta-feira e ontem, segundo o Ministério da Saúde, 3.076 mortes por complicações da covid-19, o que eleva o total de casos provocados pela doença no país a 389.492. Quanto aos diagnósticos do novo coronavírus, a pasta informa que foram registrados 71.137, no mesmo período. Com isso, o número acumulado de infecções pelo agente no país chega a 14.308.215.

O Ministério da Saúde informou também que 12.766.772 pacientes com covid se recuperaram, e outros 1.151.951 estão sob acompanhamento.

Segundo o boletim divulgado pela pasta, São Paulo, unidade da Federação com os

maiores registros da covid-19, alcançou um total de 2.827.833 casos da doença, enquanto o acumulado de óbitos é de 92.548. Em segundo lugar vem Minas Gerais, com 1.319.297 e 31.987, respectivamente.

Segundo a Universidade Johns Hopkins, só 11 países em todo o mundo tiveram, desde o início da pandemia, mais mortes por covid do que o registrado no Brasil apenas no mês de abril. São eles: EUA (571.812), México (214.504), Índia (189.544), Reino Unido (127.670), Itália (119.021), Rússia (106.108), França (102.872), Alemanha (81.542), Espanha (77.591), Colômbia (70.446) e Irã (69.120). (JV)

>> DEU NO www.correiobraziliense.com.br

Para saber mais sobre essas notícias, acesse www.correiobraziliense.com.br

Programa Caixa Mais Brasil visita Anápolis e Cocalzinho (GO)

O #CAIXAMaisBrasil retorna após breve pausa. Agora em sua 94ª edição, a comitiva do banco, liderada pelo presidente Pedro Guimarães, visita, neste fim de semana, as cidades goianas de Anápolis e Cocalzinho de Goiás. Ontem, a agenda começou com entrevista do presidente à Rádio Imprensa de Anápolis. Ele esclareceu as principais dúvidas locais sobre o Auxílio Emergencial 2021. Em seguida, a comitiva visitou a Santa Casa de Misericórdia de Anápolis, que é cliente do Caixa Hospitais. Ainda em Anápolis, o #CAIXAMaisBrasil visitou a Fazenda São Luís das Antas, cliente agro da CAIXA e importante produtora de grãos da região.

Menina agredida pela mãe e madrasta morre

Morreu na madrugada de ontem a menina Ketelen Vitória Oliveira da Rocha, de apenas 6 anos, que foi torturada por pelo menos três dias pela mãe e pela madrasta em Porto Real, no sul fluminense. Ela estava internada desde o início da semana em um hospital privado na cidade de Resende. A menina sofreu maus tratos entre 16 de abril e a madrugada do dia 19. Segundo a polícia, durante todo o período ela não foi devidamente alimentada. A mãe da menina e a companheira dela são acusadas pelo crime. As duas mulheres, de 27 e 25 anos, estão presas e, de acordo com a polícia, confessaram.

Justiça garante a aposentado com câncer restituição do IR

A Justiça Federal de São Paulo concedeu a um idoso com câncer de pele a isenção do Imposto de Renda incidente sobre os rendimentos de aposentadoria. Pela lei, pacientes diagnosticados com a doença têm direito à dispensa no recolhimento dos impostos, mas há casos que acabam judicializados após embargos da Receita Federal. No processo em questão, a isenção foi barrada porque o aposentado está assintomático. No entanto, na avaliação do juiz Diogo Nunes Mendonça, do Juizado Especial da 3ª Região, a jurisprudência reconhece a legalidade do benefício mesmo nos casos em que há remissão da doença.